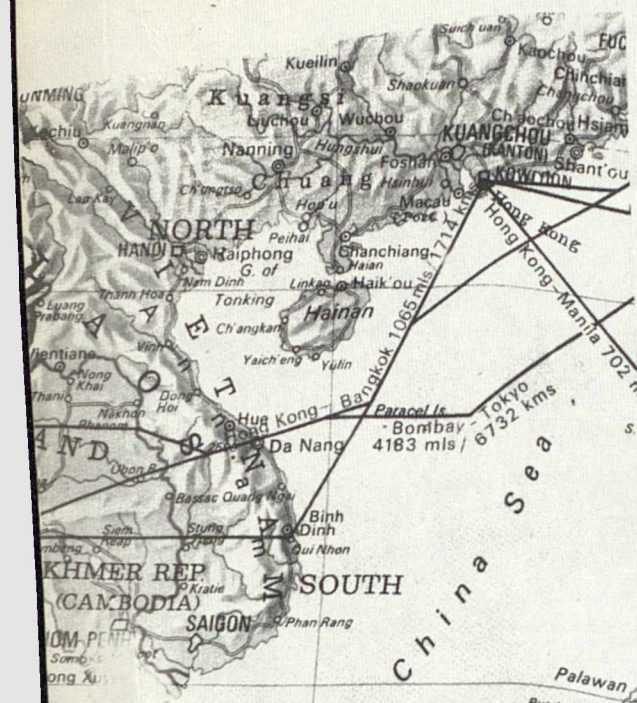
TL 3135

A PROBLEMÁTICA DE TIMOR - LESTE



INTRODUÇÃO

É um facto que sobre Timor-Leste pouco ou nada se tem escrito. Por isso, achamos ser nosso dever editar o pouco que dispomos, no sentido de contribuir para uma maior divulgação das lutas do povo timor, travadas não só ao longo dos séculos, sob a opressão e a exploração colonialista, essa ténia da humanidade, mas principalmente o que se está a desenvolver pela libertação dos seus verdadeiros filhos, pelo fim da exploração do homem pelo homem.

"Não é possível uma autêntica e verdadeira libertação dos povos sem a sua própria independência. Negar ou mesmo esquecer a justa luta do povo timor contra a violência, a ferocidade da exploração colonialista, contra o cinismo e a covardia reaccionários, negar ou mesmo esquecer a actividade espontânea com o objectivo único da sua libertação, seria desacreditar todo um passado revolucionário de luta anti-colonialista, seria menosprezar a tradição combativa do povo".

Se o meio século de regime salazarista-caetanista provou claramente ao povo português, aliado directo dos povos das colónias na sua justa luta contra o inimigo comum, que não há fascismo liberal, os cinco séculos de opressão e exploração desenfreada são provas mais que evidentes de que não pode existir colonialismo democrático. A independência total e completa sem qualquer exploração do homem pelo homem é a única via para uma real libertação.

Os textos que se seguem foram proferidos no comício de 14.10.74 levado a efeito por um grupo de timores em Portugal com a intenção de chamar a atenção do povo português e de todas as forças progressistas sobre a situação de "statu quo" imposta pela burguesia colonial após o "25 de Abril".

A falta de informações na altura sobre as actividades desenvolvidas pela Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), único e legítimo representante do povo, foi o motivo porque a referência a este movimento foi reduzida a simples informação da sua criação.

Porém, neste momento, a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente, com o trabalho desenvolvido no seio das massas, não só conseguiu a adesão destas como também conseguiu que vários elementos ainda indecisos e integrados nos outros grupelhos se integrassem nela.

Mas o que é a FRETILIN ?

FRETILIN - FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR-LESTE INDEPENDENTE - é o movimento de vanguarda que encarna as aspirações mais profundas do povo de Timor-Leste de se libertar do colonialismo político, económico e cultural e de toda e qualquer forma de dominação e exploração do homem pelo homem.

Como organização de massas, os seus comités regionais e sub-regionais são constituídos exclusivamente pelo campesinato, os quais neste momento estão a ensaiar a formação de cooperativas de produção, distribuição e consumo.

Em Lospalos, o poder criador das massas, sob a égide da FRETILIN, é extraordinário, apresentando já o seu comité propostas concretas sobre a nova estrutura de organização baseada na participação activa da camada mais explorada, em destruição das caducas estruturas e relações de natureza colonial. Aquelas práticas estão a ser efectuadas em todo o país, nomeadamente em Baucau, Manatuto, Aileu, Bazartete, etc.

Com a crescente adesão das massas e com o trabalho cada vez mais correcto posto ao serviço dos explorados e oprimidos, a FRETILIN foi, desde sempre, alvo de manobras reaccionárias colonialistas-fascistas por parte da burguesia colonial. Entre elas, destacamos:

-Pressionar a fusão da Fretilin com UDT

-Suspensão do programa radiofónico "Haksolok", da Fretilin

-Orquestração preparada em conluio com as autoridades administrativas aquando da visita do ministro Almeida Santos, que contactou "in loco" a força da Fretilin e que, apesar de tudo, fez afirmações sempre favoráveis a UDT

-Proibição de liberdade de expressão, violação de sigilo de correspondências e escutas telefónicas

-Saneamento ao contrário dos elementos mais activos que deram o seu apoio à luta nacional revolucionária da Fretilin

-Processamente em tribunal dos elementos mais activos da FRETIIL

-Assassinato de três militantes da Fretilin

Neste momento podemos afirmar que a FRETILIN controla todas as regiões de Timor-Leste. Os outros grupelhos oportunistas estão pràticamente desmantelados e cada dia que passa o povo vai desmascarando as posições oportunistas dos seus dirigentes.

Contra todas as manobras demagógicas e reaccionárias desenvolvidas pelos exploradores, a FRETILIN avança triunfante na sua luta pela real libertação do povo oprimido e explorado de Timor-Leste. Aproveitamos para apelar a todos os progressistas anti-colonialistas para que deem a maior divulgação e ajuda à luta de libertação nacionál-revolucionária que a FRETILIN neste momento está a levar a efeito, pois com ligeiras alterações, a situação em Timor-Leste, neste momento, continua inalterada. Os primeiros agentes da criminosa PIDE-DGS (que nas colónias foi rebatizada de PIM - Polícia de Informação Militar - após o "25 de Abril") só em 10 de Janeiro de 1975 regressaram a Portugual. Os outros, mais contemplados, continuam a passar as suas férias em Díli.

Por outro lado, se a Guiné-Bissau já é independente, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Angola terão a sua independência durante este ano de 1975, quanto ao povo timor, o governo provisório faz um silêncio absoluto, ao ponto de, na sua declaração conjunta aquando da visita do Secretário Geral da ONU, Kurt Waldheim, não reconhecer se quer o direito inalienável do oprimido explorado povo timor de dispôr do seu destino.

Se admitirmos que "o povo que permite que a sua burguesia oprima outros povos, esse povo não pode ser livre", então não é difícil concluir que é correcto o nosso apelo no sentido do povo português formar com os povos de cada uma das colónias uma frente única e bem sólida na sua justa luta anti-colonial. Aliás, esse dever constitui o corolário lógico do postulado.

A luta continua até à vitória final !

FRETILIN VENCERÁ PORQUE O POVO VENCERÁ !

Lisboa, 15 de Janeiro de 1975.

APRESENTAÇÃO E RAZÕES DO COMÍCIO

O grupo de timores em Portugal, através do comício que hoje promove, pretende informar e esclarecer a todas as forças progressistas, anti-colonialistas e ao povo português acerca da problemática de TIMOR. Este é o objectivo principal e prioritário que nos levou a realizar este comício. Além de querermos apresentar TIMOR na sua verdadeira dimensão, assiste-nos o direito e também impõe-se-nos o dever de tecermos considerações e fazermos análises sobre problemas inerentes e directamente concernentes a esta colónia, que durante meio milénio, foi votada a um obscurantismo total e esquecimento sistemático, intencionalmente levada a cabo pelo governo colonialista fascista. Nas análises que irão ser feitas procuramos cingir-nos tanto quanto nos é possível à realidade objectiva daquilo que é a sociedade timor, após a introdução do colonialismo português e as suas manifestações nos campos político-económico, cultural e sócio-assistencial e é com meridiano rigor que nos propomos apresentar aos camaradas aqui presentes.

Os meios empregues pelo colonialismo para a sua desenfreada exploração são autênticos atentados contra os direitos fundamentais do homem como seja o embrutecimento dos povos, conservando-os no obscurantismo, facto sintomático do que servia cabalmente os interesses exploradores do colonialista. Mantendo os povos colonizados incultos mais fàcilmente o opressor se podia mover no seio deles, não se negando mesmo a declararase amigo do colonizado.

CAMARADAS!

Não vamos agora fazer uma análise detalhada, pois a seu tempo, pelas intervenções durante o comício, terão ocasião de melhor se inteirarem. Falar-se-á das repercussões que o "25 de Abril" teve em TIMOR. Podemos aqui, em traços muito gerais, dizer o seguinte:

Inicialmente formaram-se três partidos políticos, UDT (União Democrática Timorense) defensora da tese federalista, formada por elementos de extracção social burguesa, pertencentes ao grande capital existente na colónia, ao funcionalismo público nos seus quadros hierárquicos mais elevados e intimamente ligados à ex-ANP; a APODETI (Associação Popular Democrática Timorense) defensora da tese de integração na Indonésia, constituída por indivíduos pertencentes à média burguesia com interesses na parte ocidental da ilha, pertença da Indonésia e a ASDT (Associação Social-Democrata Timorense) que vê na independência a única verdadeira via para a libertação do povo de TIMOR e o fim da exploração do homem pelo homem. Pertencem a esta formação partidária elementos progressistas que efectivam trabalhos com as massas populares e com elas lançam alicerces para a formação duma vanguarda que cristalize os seus anseios e luta pela sua causa. Podemos desde já adiantar que é a este último onde se verifica maior aderência por parte das massas populares, enquanto que as outras duas associações têm deixado as suas intervenções ao nível de manipulações de tipo chantagista e aliciatóriatório, procurando inclusivamente infundir terror no seio das massas de maneira a conseguir os seus intentos, e, por isso, têm sido afastadas das massas, pura e simplesmente, aliás, lógico, pois essas duas associações de tipo partidário não representam senão o capital da nossa terra, respectivamente português e indonésio. A ASDT, devido a novas condições de luta, transformou-se, em 10/9/74, numa frente denominada FRETILIN - FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR-LESTE INDEPENDENTE - cujas actividades pouco conhecemos devido as dificuldades de comunicação resultante das barreiras ainda existentes, sequelas do fascismo e que se concretizam na escuta telefónica e violação do sigilo de correspondência. Tais práticas, entre outras que oportunamente serão denunciadas, são as armas de que o governo da colónia se tem servido para cortar o trabalho efectuado pela FRETILIN.

Pensamos que a nossa luta pela destruição do colonialismo na nossa terra é uma luta em que o povo português terá também um papel importante, pois que será com o apoio de todas as forças progressistas, quer portuguesas, quer internacionais, apoio esse com base nos princípios do internacionalismo proletário, que mais avançará a nossa luta, que é a expressão dos muitos combates que em várias frentes se travam contra o imperialismo.

O grupo de timores, como amante da independência que é e consciente do seu dever de trabalhar por ela na mira duma destruição total do colonialismo, tem desenvolvido um trabalho político que, embora não muito adiantado, achou por bem traçar um guia de acção expresso na sua declaração de princípios, que a seu tempo será lida.

A política de descolonização de que o Governo Provisório diz estar empenhado é totalmente violada na nossa terra.

Entre outros pontos saliente-se a nítida disposição do mesmo governo de entregar TIMOR à Indonésia, pois não é sem razão nenhuma que os jornais burgueses, a imprensa burguesa em geral têm envenenado o público português com notícias intencionalmente tendenciosas, com as típicas frases "de que a Indonésia não reivindica a parte portuguesa do território, mas que não se importaria em integrá-lo se fosse essa a vontade do povo de TIMOR, no referendo a realizar em Março de 1975".

Convém, por isso, denunciar este conluio entre o governo provisório e a burguesia, pois que, como acima referimos, a realidade política em TIMOR é totalmente oposta, e queremos afirmar que a um escravo não se pergunta se ele quer ser livre ou continuar escravo e que a independência de um povo é um direito inalienável do mesmo; por isso repudiamos absoluta e veementemente o referendo, aquilo que os colonialistas demagògicamente chamam "consulta popular". Se se pretende uma descolonização total como o governo provisório afirma, pensamos que não será uma integração na Indonésia, pois isso corresponde sair dum colonialismo para uma outra forma, a neo-colonialista, a qual combatemos e combateremos com todas as forças ao nosso alcance juntamente com as forças verdadeiramente revolucionárias norteadas pelo internacionalismo proletário. O federalismo com Portugal é uma posição que tem tido altos e baixos. Ora se defende tal posição oficialmente, ora não se faz referência, apresentando a Indonésia como generosa que "por esmola aceitaria ficar com TIMOR". ùltimamente, é o próprio ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, que à sua partida para as duas colónias, afirma que ficaria muito honrado se a de TIMOR optasse pela federação com Portugal.

A nossa posição é que só a independência total, sem exploração do homem pelo homem, poderá efectivamente libertar o nosso povo do jugo colonial. Desde já, apelamos para a solidariedade militante do povo português para com o nosso povo, na sua luta pela independência, pois UM POVO QUE ACEITA QUE A SUA BURGUESIA OPRIMA OUTRO POVO NÃO PODE SER LIVRE.

PRÓLOGO E DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

CAMARADAS !

Datam de longos anos as tentativas de organizar um movimento que c coordenasse as forças revolucionárias locais tendentes à libertação do povo timor, exigindo tal prática emancipalista fundamentalmente a erradicação do colonialismo português. Em TIMOR, os aparelhos repressivos segregaram poderosos tentáculos policiais junto das massas populares impedindo de maneira assanhada e feroz a organização das forças libertadoras ainda que embrionárias. Aliás, a sua política de repressão consumada através de estruturas de moldes fascistas - as tropas coloniais e ùltimamente a sinistra PIDE-DGS -- executada pelos esbirros do sistema colonial fascista, evitou que não só se formassem os embriões do associativismo revolucionário, como esmagou todas as possibilidades de um simples diálogo a respeito da problemática local. Todas as reuniões, todas as assembleias, todas as discussões em grupo eram filtradas pelo poderoso aparelho repressor implantado em TIMOR. A política informacional primava pelas interdições quando não pelas deturpações da realidade. O povo foi sempre impedido no seu acesso ao ensino; criaram-se desta forma condições que facilitaram a exploração mantendo o povo no mais odiável obscurantismo. A manutenção do "statu quo" é altamente favorável à classe exploradora. Contudo, o colonialismo foi obrigado a fazer algumas concessões. Se o estabelecimento de qualquer tipo de ensino, mesmo o primário, é prejudicial para os seus intentos, então podemos concluir que a escolarização, ainda que lenta, das classes mais favorecidas da população autóctone, foi uma exigência da evolução das forças produtivas, o resultado das contradições internas.

O estado colonialista, no seu concubinato com a Igreja, deixou para esta o papel de agente ideológico procurando que os seus filiados - os missionários régios -- se infiltrassem junto das massas e dos seus representantes, vendessem as bugigangas do folclore religioso-cristão, os mitos do Deus único e todo poderoso, em suma, o ópio do povo. No aspecto cultural-ideológico, as sotainas foram a melhor capa para a penetração do algoz colonialista. A burguesia encontrou nestes fanáticos idealistas os seus mais "virtuosos" lacaios; as escolas missionárias são o testemunho desta sinistra aliança. É assim que se explica que nos anos após-guerra tivessem aparecido um liceu apenas frequentado por filhos de europeus e dos assimilados pertencentes às classes mais favorecidas, com o maior poder de compra. A escola técnica surge em 1966 para satisfazer as necessidades do desenvolvimento económico exigido pela burguesia colonialista. Mas não esperemos ver o ensino articulado com as realidades da colónia; antes, pelo contrário, o processo de envenenamento e o entorpecimento ideológicos tiveram na escola o seu melhor veículo, a mais fiel das instituições. Assim, nos anos 70, começam a aparecer os primeiros estudantes timores a frequentar cursos médios e superiores, ainda que em número bastante reduzido. Pretendia-se criar quadros técnicos que pudessem satisfazer as necessidades da economia local dominada medularmente pelos latifundiários e comerciantes, por via do funcionalismo público progressivamente corrupto. A formação de quadros técnicos preenchidos por elementos autóctones torna-se agora uma exigência, quer por razões ideológicas quer por motivos político-económicos. A assimilação - processo ilusório e alienante - vai responder às pressões. Silenciar as injustas flagrantes implica da parte do criminoso algumas concessões, mas, mesmo estas, inserem-se na lógica da expropriação, prática secular cada vez mais refinada.

Um movimento de vanguarda, porta-voz e legítimo representante das classes oprimidas, não teve lugar em TIMOR, dadas as condições objectivas aí existentes. Mas o colonialismo é minado nos seus alicerces; as fendas abrem-se. Por isso, situemos o nosso processo de participação política no actual contexto português. Desenraízado da luta de classes em Portugal e dos movimentos emancipalistas revolucionários da África não tem sentido.

Os estudantes timorenses chegados à metrópole colonial entraram em contacto com um outro tipo de realidades; aqui, as contradições no seio da burguesia agudizavam-se e a guerra colonial sincrónica com a luta de classes no interior do país imprimia uma dinâmica dominante à evolução social. A pouco e pouco o espírito crítico e a prática associativa tornam-se equipamento dos estudantes das colónias; ao conhecimento das realidades da sua terra junta-se-lhes a análise teórico-ideológica e a formação prático-associativa. Os aparelhos repressivos fascistas obstruíam a ferro e fogo todos os caminhos que pudessem fazer perigar a ordem estabelecida. Controlavam os estudantes das colónias através do organismo - Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos - de carácter fascista destinado a preparar as elites que seriam os quadros técnicos ao serviço das burguesias locais.

Após o "25 de Abril" os movimentos operários ganham mais força bem assim se encontram menos fechadas as vias para a realização do trabalho a desenvolver pelos estudantes oriundos das colónias junto dos seus irmãos que cá se encontram a vender a sua força de trabalho.

Após intensa análise, limam-se arestas tendo como fim a definição de uma linha de actuação correcta. Após a leitura dos factos e com bases ideológicas definidas, nasce uma declaração de princípios que norteará qualquer actividade futura. Neste sentido, é enviada uma delegação com o objectivo de participar na actividade política das massas, conhecer os seus anseios e encarnar o seu dinamismo. Esboçam-se linhas mestras de actuação internacionalista colmatando os erros outrora praticados pela falta de experiência e imaturidade política. A crítica e auto-crítica desempenham ao longo de todo este processo papel de relevo. Dadas as dimensões atingidas pelo trabalho e com o objectigo de situá-lo no seu verdadeiro contexto, surge a realização deste comício, coerente com a Declaração de Princípios que passamos a ler.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Considerando que o meio milénio de colonialismo em TIMOR resultou:

a) Numa opressão manifesta dos povos timores com utilização de meios violentos;

b) Nas formas de assimilação aos padrões colonialistas com a marginalização e subestimação maciças das culturas autóctones;

c) No não desenvolvimento integral dos povos, particularmente na educação, para facilitar a exploração e na existência de um ensino desarticulado das realidades;

d) Numa deficientíssima rede sanitária;

e) Num sistema de monocultura que visa a exportação, própria duma prática colonial em detrimento das culturas de subsistência, beneficiando exclusivamente os latifundiários com a consequente exploração dos timores;

f) Num sistema alimentar deficitário, apesar da rdqueza do solo;

g) Num constante estado de desnutrição evidenciado pelas doenças carenciais e pela baixíssima média de vida;

h) Num sistema habitacional precário a todos os níveis;

i) Numa ausência total da actividade comercial da parte dos timoes;

j) Num desprezo das actividades produtivas que beneficiariam os timores, favorecendo apenas as lucrativas;

k) No isolamento intencional levado a efeito pelo não desenvolvimento dos meios de comunicação que deveriam estar ao serviço dos timores;

l) Numa assistência familiar nula traduzível através da elevadíssima taxa de mortalidade infantil;

m) Numa ausência total de técnicos autóctones ao serviço dos timores, resultante da inserção destes nas estruturas colonialistas;

n) Numa administração colonial corrupta;

o) Numa pseudo-participação governativa da parte dos timores;

p) Num sistema judicial verdadeiramente repressivo e destruidor do direito consuetudinário local;

q) Num sistema de crédito favorável exclusivamente aos detentores da riqueza;

r) Numa ausência de infra-estruturas desportivas e recreativas que v visam a formação integral do timor;

s) Em critérios descriminatórios de selecção de pessoal para o funcionalismo público, apenas combatido ùltimamente;

t) Numa despolitização bastante conveniente ao sistema de exploração colonialista, que permite autênticas farsas eleitorais - deputados fantoches;

u) Numa consciente atselvática deturpação de informação;

v) Numa incorrecta utilização dos pouquíssimos técnicos de que a colónia dispõe manifesta através dm aparelho burocrático excessivo e entorpecente;

x) Numa corrupta acção psico-social levada a efeito pelas tropas estacionadas na colónia (a prostituição, a homossexualidade, o desvio de menores e os filhos abandonados);

y) Na subtracção de elementos válidos da população através da mobilização destes para companhias de 2ª. linha;

z) No desmantelamento do poder gentílico adverso à administração colonial portuguesa.

D E C L A R A M O S :

1) Destruir toda e qualquer forma - ainda que residual - de prática colonialista;

2) Desmascarar o colonialismo nas formas mais recentes, isto é, neo-colonialistas;

3) Desmantelar a acção estrangeira que pretende, ainda que lentamente, colonizar a nossa terra;

4) Lutar contra todas as forças anti-democráticas e formas torpes de acção conducente a exploração dos povos timores e a qualquer forma de exploração do homem pelo homem;

5) Combater todos os grupos que se oponham a programas de acção verdadeiramente libertadores dos povos de Timor;

6) Denunciar todos os grupos que apresentam programas apenas aparentemente promotores do bem-estar dos timores;

7) Construir as bases de acção verdadeiramente populares e revolucionárias;

8) Criar as infra-estruturas conducente ao verdadeiro e efectivo bem-estar dos povos timores;

9) Fundamentar e alicerçar em sólido cimento os pilares de uma verdadeira participação popular para que o povo escolha livre e conscientemente o seu futuro;

10) Apoiar todos os partidos que defendam e lutem por uma REAL LIBERTAÇÃO DOS POVOS DE TIMOR-DILI;

O COLONIALISMO EM TIMOR: REFERENCIAÇÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVA DE CLASSES

CAMARADAS !

É com o objectivo fundamental de promover a compreensão das lutas de libertação nacional, de criar eixos de solidariedade entre os povos portugueses, irmãos das colónias e timor, de estabelecer uma plataforma de acção revolucionária sincronizada a fim de liquidar o domínio colonial, desmascarar, denunciar e lutar contra as manobras cada vez mais sofisticadas do complexo capital-reacção que se justifica este comício. Desarticulá-lo do contexto revolucionário em que se insere a luta dos povos irmãos das colónias e oprimidos seria negar toda a justeza do processo histórico, significaria o encaminhar para o chauvinismo. Importa, pois, situar o colonialismo na estratégia mais ampla da exploração, do domínio duma classe sobre a outra. Há que delinear as condições reais e objectivas que permitem explicar a eclosão deste sistema económico-social. As grandes transformações sociais marcam a substituição da escravatura pela feudalidade nascente. O poder estatal reforça-se a medida que as contradições das classes se aeentua no sistema do estado, pois que este é o resultado do carácter inconciliável dos conflitos de classe. Atentemos ao problema português.

Apesar da severidade do dispositivo legal de teor proteccionista de que as leis de sesmarias são exemplo, as sucessivas crises agrícolas precipitaram a vinda das populações para os centros urbanos; agravaram-se os problemas da falta de emprego bem como os resultantes da carestia de mercadorias de abastecimento. As epidemias trazem resultados funestos nestes aglomerados populacionais de fraca educação sanitária e parcas condições de higiene. Ao total abandono dos campos, segue-se a diminuição considerável do poder da classe dos grandes senorea feudais; assiste-se ao declínio do seu poder económico e ao consequente e progressivo obscurecer da sua influência. A queda das instituições feudais e patriarcais-rurais consolidou o poder do estado.

As necessidades económicas da europa setentrional que, desde o sec. XI apresentava uma imporante actividade mercantil, influenciaram o quadro económico do país. O êxodo dos campos levou à formação de espaços urbanos nas zonas litorais; o complexo geoclimático favoreceu o desenvolvimento da actividade comercial marítima. Aparece uma nova classe - a dos mercadores. Começa a circulação regular e intensa dos produtos e consequentemente a actividade mercantil. Estamos no quadro das remações inter-estatais, inter-nacionais. A exigência da própria evolução do processo produtivo europeu desta época implicam a importação de matérias primas.

Correspondendo às transformações sociais e económicas correu todo um conjunto de aquisições nos aspectos técnico e cinetífico que em conjunto com outros factores abrem caminho para a formação do fenómeno EXPANSIONISMO MARITMO E COLONIAL, manifestação da burguesia, classe recém-vinda a dinâmica social. Concomitantemente, porque a linha ideológica é o fundamento teórico da linha política, com a prática comercial marítima encetada pela nova classe aparece a ideologia expansionista. Estão lançadas as raízes do COLONIALISMO.

Lisboa apresentava um cosmopolita, mesclada de gentes das mais variadas proveniências. As actividades comerciais tendo aumentado de maneira notável comprovam o progresso alcançado pela nova classe oriunda da arte de negociar a mais-valia. Apercebendo-se então do valor estratégico do território português - ponto de encruzilhada de todas as estradas marítimas, altamente valorizado pela grande quantidade de zonas propícias à fundação de portos e abrigos e da sua posição na economia nacional, esta classe começa a lançar-se nos labirintos da influência chegando o mesmo a fazer pender em seu favor a política da coroa. Os interesses nacionais identificam com o das classes dominantes. Paralelamente ao movimento criado pelas cruzadas, ao desenvolvimento das grandes zonas francas, à especialização dos meios de cambiar, o brilhar das jovens repúblicas italianas vem decididamente contri

buir para que a burguesia se aperceba do valor que as especiarias destinadas ao norte europeu poderiam proporcionar se passassem pelos seus cais, armazéns e lojas. As leis protectoras do comércio marítimo decretadas por D. Fernando dão-nos conta do valor crescente da burguesia marítima e do papel que ela viria a desempenhar durante o longo processo do expansionismo português. No horizonte político desponta-se uma nova ordem jurídico-económico. Decididamente a burguesia lança-se na grande campanha da construção e apetrechamento de maiores embarcações, especializando as incipientes técnicas de orientação, importando toda a capacidade científica já adquirida pelas florescentes repúblicas italianas; todas as infra-estruturas criadas vão revelar-se de grande importância no interregno de convulsões bélicas com Castela que culminam com a elevação ao poder de D. João, mestre de Avis oriundo da grande aliança burguesa fundando assim a nova monarquia que foi caracterizada pelo desenvolvimento e intensificação dos descobrimentos, pela procura de novos mercados e pela troca de novos produtos de elevada procura no âmbito do comércio internacional. O predomínio desta nova classe privilegiada introduzirá alterações na ordem estabelecida. A queda das instituições feudais e patriarcais-rurais é um facto.

Os portugueses desempenharam no comércio europeu e mesmo no de teor mundial papel preponderante. A política da coroa visa a solucionar a grande falta de divisa-padrão, atraindo para si as rotas do comércio do ouro. Responsável pelo próprio evoluir desta verdadeira revolução económica e ao crescer da actividade multiplicando-se os intermediários da oferta e da procura, concorrendo para o encontrar de novas leis, medidas e estratégias que apenas favorecem a nova classe - a burguesia. A sua influência vai reflectir-se no alargamento territorial e reforça-se grandemente durante todo o processo de expansão marítima que culmina com a descoberta do caminho marítima para a India. A partir daqui podemos atribuir aos centros urbanos portugueses a função de autênticas capitais de distribuição de produtos para todo o mundo ocidental de então. A expansão colonial é um facto. O empansionismo é europeu. Há que fixar regras para a pilhagem e o saque. Os salteadores guerream-se mùtuamente. Definem-se, de maneira instável, zonas de influências. Instalam-se fortalezas nos grandes entrepostos comerciais, bem como se implantam os aparelhos militares que pelo uso da força quebrarão qualquer resistência. As políticas talassocráticas necessitam de pontos de apoio terrestre bem planeados de fortalezas defensoras do seu expansionismo. Estabelecidos estes pontos chaves, a burguesia lança-se na prática do comércio com o extremo oriente. O fortalecimento do poderio político-militar dos portugueses, no extremo oriente, a partir do sec. XVI, foi a condição fundamental para a completa manipulação do comércio das especiarias e das drogas do extremo oriente. Neste contexto se insere a colonização de TIMOR. Podemos caracterizar os primeiros contactos como tìpicamente de pilhagem e saque. Numa fase posterior, a introdução da cultura do café obriga a novas formas de intervenção administrativa-militar. TIMOR deixa de ser feitoria para passar a ser uma colónia. Pode dizer-se que através da cultura de café que se encetou o processo de fixação dos colonialistas. O poder gentílico é substituido pela administração colonial portuguesa tendo como auxiliar as tropas do exército colonial e a força alienatória do clero. Através da cristianização pretendia-se o reconhecimento de vassalagem à soberania dos reis de Portugal. Desmantela-se a estrutura tradicional e procede-se à assimilação do poder gentílico à administração colonial portuguesa; ao saque e à pilhagem segue-se a exploração organizada feita através da reprodução de poderes. Os continuadores do cristianismo transformam-se num estracto social parasitária bastante grato aos algozes porque servia os seus interesses quando narcotizava o povo com as fantoches das bem-aventuranças. As escolas são dominadas pelos lacaios de sotaina e nestas fomenta-se o famigerado sentimento de lusitaniedade ... as escolas preparam indivíduos que servirão nos quadros de funcionalismo público. Os técnicos servirão de maneira mais eficiente os interesses da classe dominante. Os aparelhos repressivos intensificam-se e procede-se à destruição de toda e qualquer tentativa de organização libertária emancipalista. No entanto, só muito tàrdiamente se obtém o controle da totalidade da formação social. Os bas[illegible] da luta liberta[illegible] ... (continua na pg. 23)

SITUAÇÃO POLÍTICA CRIADA EM TIMOR COM O "25 DE ABRIL"

CAMARADAS !

Desencadear no quadro das contradições acumuladas pelas guerras de libertação desenvolvidas pelos povos de Angola, Guiné e Moçambique e pela luta de classes em Portugal, o "25 de Abril" desembocou em Timor sem qualquer suporte conflitual agudizado no interior da sua formação social. A mudança táctica operada em Portugal aparece, assim, como que em contra-lógica a impôr transformações numa estrutura colonial que não fora forçada a aceitar sequer a explicitação da sua necessidade. As classes estavam aparentemente paradas; o aparelho, embora em permanente crise, funcionava. Os latifundiários do café lá iam adquirindo mais uma casa de rendimento em Lisboa; os grandes comerciantes chineses mantinham a liberdade de irem exportando os seus super-lucros para a Formosa, Singapura ou Hong Kong; os liurais (...) conservavam os privilégios que a administração colonial entendeu depositar nas suas mãos para mais eficazmente estabelecer a sua dominação; os funcionários públicos assimilados continuavam a olhar de 2 em 2 anos em direcção à Lisboa espreitando novo aumento de vencimentos que iria acentuar a solidariedade de interesses com o "statu quo"; finalmente, os funcionários portugueses civis e militares asseguravam a chefia do aparelho administrativo à custa de elevados vencimentos e corrupção.

Não esqueçamos que TIMOR é um elo ideológico funcionando com o seu peso específico no contexto da aplicação dominante da exploração colonial em Angola e Moçambique, e que não se formaram nesse território as condições materiais e subjectivas para o aparecimento duma prática libertadora com um mínimo de agressividade política. Esse facto vai dar origem, a exemplo de S. Tomé e Príncipe, entre outros, à utilização de uma grande margem de manobra por parte da nova direcção burguesa do país para impôr uma solução inteiramente coordenada com os seus interesses de classe. Interesses de classe que, em TIMOR, se poderão traduzir também pelo suicídio da posição colonial ou/e neo-colonial portuguesa em favor da burguesia mais apetrechada para o exercício efectivo da deminação neo-colonial - a Indonésia.

Veremos mais adiante este assunto pois, por ora, importa referenciar os pontos mais marcantes dos efeitos produzidos pelo "25 de Abril" em TIMOR.

CAMARADAS !

Apesar de a contra-gosto, tudo se resume, de início, a permissão de referendar, no prazo de um ano, três opções entretanto constituídas e oferecidas à dita livre escolha do conjunto da população:

- A União Democrática Timorense (UDT), partidária do "statu quo", é formada por colonos, liurais e funcionários assimilados e europeus assentando nas estruturas políticas da ANP;
- A Associação Social-Democrata Timorense (ASDT) a bater-se, inicialmente, por uma independência formal com base nos interesses de classe de uma fracção minoritária de assimilados; e
- AA Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) preconizando a saída neo-colonial indonésia.

CAMARADAS !

Era chegada a hora profética "de cada um escolher o futuro" e a retórica do poder tudo ínváde. Sabe que adiantar-se significa manter o controle, formar um condicionamento ideológico que não permita a libertação de iniciativas que representem os interesses da massa camponesa.

Tudo serve para fabricar "razões de segurança"..A reacção popular, diz-se, é uma inquietação. Teremos um Angola 61? Pelo sim, pelo não, vale a pena um pouco de histeria que um ou outro ajuste de contas com o inimigo imedito (o comerciante chinês do interior ou dos subúrbios de Díli) ajuda a justi

ficar. Esta frágil burguesia conhece neste período certo pânico e intenções de auto-defesa. Na emergência, o poder sabe corresponder: apadrinha pessoalmente o chamamento às armas feito pelo régulo de Maubara, senhor f feudal de "mil catanas erguidas pela gloriosa bandeira das quinas"; engrandece o poder dissuasor das seis mil catanas que teriam (terão?) entrado no reino do senhor de Atsabe e fornecidas, ironia das ironias, por um grande comerciante chinês.

Os dados estão, pois, lançados para que o governo conserve o controle suficiente da situação e imponha a adaptação superficial das estruturas coloniais ao novo modo neo-colonial de pôr as coisas. A chantagem está no ar e tudo envolve. A UDT de nada precisa senão de fomentá-la pois o jogo é por enquanto integralmente do seu interesse; a APODETI lá vai fazendo o culto de Spínola ("salvador da Pátria") que permitiu a possibilidade de o povo vir a ser indonésio pois o investimento político que é portador não exige rapidez de execução para o projecto; a ASDT é manipulada pelo cerco que a faz partir a descoberta do caminho para a independência neo-colonial dos assimilados, moderados como convém a uma boa promoção, caçadores de bolsas australianas, neo-zelandezas e, pasme-se, formosinas para a formação de elites necessárias à creditibilidade da operação. tudo o resto são facilidades: os capitais japonês e australo-americano concedem esperanças e o governo indonésio acaba por selar a sua aceitação através de uma mensagem elaborada em circunstâncias muito duvidosas.

CAMARADAS !

Deixemos a ASDT na fase que descrevíamos para uma referência mais detalhada a atitude do governo de Suharto.

Contactos oficiosos entre as duas administrações revelam conclusões bem diferentes: "qualquer situação de vazio da autoridade dará origem à n nossa intervenção". Qualquer vazio de autoridade que pode naturalmente representar à saída por parte de algum dos intervenientes do condicionamento que o poder impôs. Em primeira análise, é possível distinguir nesta fase de regência do primeiro governo provisório porta aberta para a aplicação das seguintes três propostas:

- Continuação do estatuto de colónia,
- Integração na Indonésia; e
- Independência subordinada aos interesses estratégicos da zona de influência javanesa.

Esta, lembremo-lo, começa a formar-se em 1945 numa fase de nova partilha do mundo e em que são aproveitadas as contradições acumuladas pela derrota japonesa, pela incapacidade de a Holanda se adaptar como potência neo-colonial às novas formas de deminação e pela estratégia yanque vendo a longo prazo no enfraquecimento da exploração colonial clássica espaços económico-políticos manobráveis a seu favor.

Esta Indonésia post-45 da "Unidade na Diversidade" desenvolveu-se com base na macrocefalia japonesa instituída pelo colonialismo holandês para cobrir a sua dominação num vasto campo insular constituído por povos com diversas situações históricas, sociais, políticas e culturais.

O mítico acordo tripartido que vigorou no consulado de Sukarno permitiu a formação primitiva de capital e uma luta acesa entre as classes que desembocou num mortífero e sanguinário ataque desencadeado pelas forças armadas para abrir o acesso directo ao poder político por parte da fracção financeiro-industrial do capitalismo agora desinteressada do jogo da acumulação em sistema de livre concorrência.

CAMARADAS !

Não se passe sem referir o apoio yanque, lúcido animador do processo e da matança indiscriminada das massas populares e organismos da esquerda. Trata-se de um acontecimento político que ultrapassou, inclusive, todas as margens toleráveis pelo próprio bom sens burguês, e que nem no Chi

le tem paralelo na História recente. Evocá-lo aqui é sempre um dever numa manifestação de memória internacionalista que os povos nunca devem despre sar.

Os anos subsequentes ao massacre do povo indonésio foram marcados pelo alargamento e reforço do modo de produção capitalista que começa a i integrar as margens apoiado, agora mais intmamente, numa sólida coesão de interesse com o imperialismo.

As manifestações violentamente repressivas da autocracia no poder, o militarismo que impregna todo o funcionamento da sociedade, a fobia anticomunista são, não nos admiremos, o modo adequado de exercício do poder para garantir a reprodução do sistema nas margens da metrópole javanesa e para consolidar o poder do capital nacional em perfeita conexão de classe com o capitalismo internacional.

Mas esta reprodução alargada do modo de produção capitalista tem p provocado algumas reacções por parte de povos submetidos a opressão do ce ntro javanês. A metade ocidental da Nova Guiné é percorrida por uma luta clandestina desenvolvida com grandes dificuldades e dureza com o objectivo de criar uma única pátria com o povo que habita a metade oriental inde pendente, desde há pouco, do "proteccionismo" australiano. Em algumas outras ilhas manifesta-se também certa contestação do poder e em Samatra e Borneu permanecem bolsas guerrilheiras, sobreviventes do massacre e prosseguindo o combate numa base ainda estritamente auto-defensiva.

CAMARADAS !

Nestas condições, não será difícil aceitar a conclusão de que uma independência sem novos exploradpres perseguida e conquistada pelo povo t timor seja interpretada como uma ameaça de flanco que o centro javanês não estaria interessado em tolerar. A animação política de classe produzida n nas margens oprimidas fomentaria a desagregação da "unidade nacional" capitalista e uma intensificação das lutas no interior da formação social c com centro em Java.

Não tenhamos dúvidas de que é neste contexto que se informa a posição indonésia. Os seus desejos anexacionistas, antes postergados para um futuro não datato, estão agora na ordem do dia porque Porqugal se desinteressou de representar a "estabilidade na área".

Voltemos um pouco atrás.

Ao fim do primeiro mês de "25 de Abril" estava pois constituído o leque de opções já referido, conferia-se especial audiência ao grupo UDT, reorganizava-se a escuta telefónica e a violação do sigilo da correspondência e eram ameaçadas ou reprimidas as primeiras inciativas de soldados e oficiais milicianos no sentido de um aproveitamento do novo espaço político.

A chegada a Díli de uma delegação do MFA criava finalmente a ilusão de que a situação iria ser estruturalmente resolvida de um modo ao menos compatível com as conquistas fundamentais efectuadas pelo povo em Portugal. Tal não aconteceu, naturalmente. A missão de tal delegação afirmou-se pelo reforço dos poderes do sinistro chefe do estado maior do CTIT (Comando Territorial Independente de Timor) e pela tentativa de reabilitação do corrupto e demagógico governo do marcelista Aldeia.

Tal visita é saldada por uma série de depurações que atingem, primeiro, um major que é transferido para Moçambique, depois de alguns soldados acusados de liderarem levantamentos de rancho com intenções políticas (são dispersos e isolados em diversas zonas do interior) e, finalmente, em fins de Julho, três alferes milicianos, dois dos quais em comissão civil são passados à disponibilidade e o outro transferido para Moçambique, e alvo de cìnicamente covarde processo disciplinar apenas algumas horas antes da partida.

Este procedimento insere-se numa linha que visa impedir a tradução

prática da solidariedade de interesses entre os povos timor e português e impõe-se através de medidas de policiamento exercidas sobre os elementos mais activos.

Entretanto, o que era incerto na linha política do governo português numa primeira fase apoiando os projectos federalistas, embora com nuances demonstrativas da aceitação da saída indonésia, acaba por ter clara elucidação, após a formação do segundo governo provisório pelas declarações prestadas pelo ministro Almeida Santos ao "Expresso":

&Um transatlântico parado ... que) muita despesa tem custado a Portugal ...(e perante o qual) nem a Indonésia está disposta a arcar responsabilidades para (sua) manutenção".

A quebra do sigilo em que eram rodeadas as posições governamentais é preludiada por convulsões no interior do grupo UDT e pelo aparecimento de uma tendência fraccionista (maioritária) que, perdidas as esperanças, manobra já em princípios de Julho, para uma posição aberta à independência. àquelas declarações do ministro segue-se uma campanha utilizando todos os canais burgueses de comunicação para a promoção do interesse indonésio: visita de um dirigente do grupo Apodeti que dá origem à diversas pronúncias, declarações do ministro de negócios estrangeiros Adam Malik e do vice-presidente da Assembleia Nacional e, finalmente o encontro que reuniu em Jacarta os primeiros ministros da Austrália e da Malásia com Suharto e que se saldou por um acordo unânime quanto ao valor estratégico desta metade da ilha (a imprensa australiana falava já dos perigos do rompimento da estabilidade na área através da formação de uma Cuba neste extremo da Insulíndia).

Ora, segundo as palavras do ministro, não se justifica que Portugal continue nesta fase de desenvolvimento das forças produtivas a assumir o peso económico-político da soberania colonial em TIMOR: "muita despesa tem custado a Portugal" disse. Esta síntese condensa perfeitamente a ilustração da verdadeira política do governo provisório quanto às colónias.

Inicialmente numa base referendatária que financiava as saídas federalista ou/e independência formal não obtêm conteúdo que lhe permita aplicar-se num terreno fortemente marcado pela força político-militar do PAIGC e da FRELIMO; evolui posteriormente com a clara noção de que não pode aceitar o seu próprio suicídio mantendo uma arbitragem em Angola que lhe deve possibilitar o controle imperialista da sua economia, ajustando-se em Cabo Verde à realidade Guiné-Bissau mas preparando-se para nova arbitragem num campo de confrontação que lhe é desfavorável, silenciando S. Tomé e Príncipe onde as manobras do cacau e do café são exercitadas pelo grupo CUF-e abrindo a porta em TIMOR à anexação indonésia que, insinua o ministro, só por esmola aceitará "arcar com as responsabilidades (da sua) manutenção".

Se algumas dúvidas pudessem persistir àcerca do suporte neo-colonialista das posições deste governo, TIMOR serve para demonstar exemplarmente..

Afinal, todos os manejos autocráticos, a violação do sigilo da correspondência, a escuta telefónica, os saneamentos ao contrário, as depurações, o uso e abuso das "razões de segurança", as reacções após a transmissão da gravação de um canto livre dedicado à libertação das colónias, as obstruções à liberdade da imprensa, os jogos labirínticos tendentes a impedir a ASDT-de se sintonizar politicamente num claro programa libertador veiculado no interior do povo timor, as ameaças de repressão e as chantagens exercidas sobre a comissão de defesa dos trabalhadores que pela primeira vez fazia a tentativa de pôr o movimento à insipientíssima classe operária timor, tudo isso encobria a gritante traição dos interesses fundamentais do povo.

CAMARADAS !

Seria de esperar outra coisa?

Seria de esperar outra coisa de tal governo que não formula qualquer espécie de responsabilidade para com o povo timor e impede a criação de estruturas que exprimam a sua libertação sem novos exploradores?

Seria de esperar outra coisa de um governo que fazendo o balanço da sua administração vota categòricamente pela única saída de classe compatível com os interesses que representa?

Seria de esperar outra coisa de um governo que transfere o seu desinteresse de classe para as mãos de uma outra burguesia geográfica e politicamente interessada e baseando numa hipocrisia intolerável que coloca o capitalismo indonésio na posição de generoso protector do povo timor?

Mas, a última palavra do governo está para vir. Assim, em princípios de Setembro, o ministro ensaiava nova atitude, desta vez fazendo o elogio do federalismo luso-timorense. Tudo indica agora que o segredo da diplomacia portuguesa repousa num jogo de oscilações programáticas entre duas formas de neo-colonialismo; objectivamente elegem-se oficiosamente duas linhas permitindo que a opção independência se incorpore como satélite controlado por qualquer das outras. O poder consegue desta maneira evitar situar-se como interlocutor nítido do movimento para a independência.

Simultâneamente e após a transformação da Associação Social-Democrata-Timorense na FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR-LESTE INDEPENDENTE inicia-se o ritual de uma guerra santa contra a frente, na rádio e imprensa, inventando a iminência da invasão indonésia, dificultando a deslocação de povos do interior e criando um clima de coacção sobre os membros mais activos da FRETILIN.

Não podemos deixar de extrair as urgentes conclusões políticas que se impõem e sensibilizar os camaradas aqui presentes para a importância do combate à desenvolver em TIMOR e aqui. O tempo perdido por todos nós tem oferecido campo de manobra para sufocar uma actuação política de acordo com os interesses do povo timor. Cabe-nos unir esforços para:

- Introduzir o problema colonial de timor na luta de classes em Portugal visando um combate de elevada teor internacionalista pelos interesses históricos actuais do povo timor;
- Construir uma base sólida de luta com os povos irmãos de Angola, Guiné e Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncepe;
- Sensibilizar todos os movimentos coerentemente anticolonialistas e internacionalistas para divulgação e acção militante em torno dos problemas fundamentais do povo timor;
- Desenvolver uma campanha internacional junto dos povos que tenham conseguido erigir uma luta radicalmente anticolonialista e internacionalista para a compreensão e apoio da luta pelos objectivos estratégicos do povo timor;
- Apoiar criticamente a FRETILIN como vanguarda política do povo na compreensão das enormes dificuldades que cercam a sua actuação e na purificação evolutiva da sua linha política, divulgando a sua luta e ideário estratégico;
- Aproveitar o espaço político criado pelo 28 de Setembro e a derrota da facção spinolista dominante em TIMOR para impôr a independência sem novos exploradpres como caminho único compatível com os interesses do povo timor, destruindo a presença do interlocutor indonésio e seus satélites australiano e malaio da esfera de decisões sobre TIMOR e impondo a sintonização do governo português como interlocutor exclusivo da FRETILIN;
- Por um TIMOR independente sem novos exploradores;
- Por uma aliança com os povos de Portugal, Guiné e Cabo Verde, S. Tomé e Príncepe, Moçambique e Angola;
- Por um internacionalismo militante assente na aliança estratégica com todos os oprimidos.

INDEPENDÊNCIA - ÚNICA VIA VERDADEIRAMENTE LIBERTADORA DO POVO

CAMARADAS!

No momento em que processa a descolonização dos seus territórios o governo português tem deslocado o problema referente a TIMOR para um plano secundário. Como é do conhecimento geral, o mesmo governo já tomou uma posição mais ou menos definida em relação às colónias de África.

Nós, um grupo de timores em Portugal, queremos aproveitar esta oportunidade para chamar a atenção de todos os progressistas anti-colonialistas, bem como todo o povo português para as manobras de timpo neo-colonialista do governo português, que tenta uma possível entrega de Timor à Indonésia. Na verdade, o mesmo governo tem afirmado que será feito um referendo em relação ao povo timor. Mas porque então as conversações entre Mário Soares e Adam Mathik, ministro dos negócios estrangeiros da Indonésia, sobre o problema de TIMOR? Porquê as conversações entre o Governo da colónia e o da Indonésia, tendentes a uma união Timor-Indonésia? Se realmente o interesse do g governo é "satisfazer a vontade popular" como explicar toda essa traição infame quando os contactos com a Indonésia já foram realizados, não interessa se secretos ou não, e o povo timor continua no mesmo estado de afastamento das realidades políticas da sua terra?

Não, CAMARADAS, "só o próprio povo deverá tomar osseu destino em suas mãos" e nunca manobras demagógicas de pessoas afastadas das realidades políticas, sociais e económicas desse mesmo povo. Nós repudiamos e acusamos todo esse conluio de tendência copulista entre os dois governos e desmascararemos sempre, posições que de uma maneira ou de outra, ultrapassam à "verdadeira expressão da vontade popular".

CAMARADAS !

Depois de 500 anos de exploração a todos os níveis desenfreada, o governo português tenta agora uma saída de "não comprometimento" com o povo de Timor, por quem ele nada fez! Não é sem razão que se apregoa que o povo timor não tem condições económicas para manter uma autêntica e real independência. Nós perguntamos se alguma vez os colonialistas foram capazes, ou tiveram a intenção de elevar o nível sócio-económico e cultural dos povos por ele oprimidos, relegando para o segundo plano, o fim principal da sua existência nos países por ele dominados - a exploração.

Como poderá o governo português afirmar que Timor "não tem possibilidades de sobreviver a uma independência total", se o seu fim principal em Timor, foi o de explorar única e simplesmente os sectores económicos que lhe poderiam dar mais lucros?

O colonialismo português em Timor, nunca se interessou pelo bem-estar do povo, pois numa análise mesmo breve e superficial, notar-se-á, que os produtos de primeira necessidade foram relegados em prol da exploração com o objectivo único - o lucro, lucro esse para uma minoria de latifundiários e comerciantes.

É por isso que nós vemos, o café e a copra que dominam a exportação da colónia com certa influência na sua economia, ocuparem uma grande parte da mão de obra local. Entretanto, o arroz, o milho e outros produtos são postos em plano de menor relevo. É conveniente salientar que esses mesmos produtos poderiam ser a alimentação básica de todo o povo timor, caso não verificado, na medida em que a carência desses elementos é muito grande, faltando portanto em várias regiões. É altura para perguntarmos ao governo colonialista, se ele tentou realmente incentivar esses produtos de consumo? Porquê substituir as culturas de subsistência pelas monoculturas? É porque estes, CAMARADAS, permitem um enriquecimento fácil e o viver na abastança de uma meia dúzia de senhores feudais.

CAMARADAS !

Não é possível uma autêntica e verdadeira libertação dos povos sem a própria independência desses mesmos. Negar, ou mesmo esquecer a justa luta do povo de Timor contra a violência, a ferocidade de exploração colonialista, contra o cinismo e a covardia reaccionários, negar ou mesmo esquecer a actividade militante espontânea com o objectivo único da sua libertação, seria desacreditar todo um passado revolucionário da luta anti-colonialista, seria menosprezar a tradição combativa do povo. Mal começam o saque e a pilhagem, nota-se o alvorecer de movimentos revolucionários não organizados tendentes a expulsar o agressor expansionista. Essas formas embrionárias de acção revolucionárias foram ferozmente reprimidas pela "clique" militar reaccionária, um dos sustentáculos de tal política expansionsionista. Se se disser que sòmente em 1912, o povo timor foi completamente dominado e ainda recentemente, em 1959, houve um levantamento anti-colonialista numa das zonas mais revolucionárias da colónia, compreender-se-á que o verdadeiro sentimento de libertação está entranhado naqueles que sofrem na carne toda a exploração do jugo colonialista.

Nós, um grupo de timores em Portugal, tentámos e tentaremos encarnar os verdadeiros anseios do povo da nossa terra, e é, identificando-se com as massas populares que nós conseguiremos, juntamente com elas, alcançarmos uma verdadeira e real libertação da nossa pátria.

O nosso papel cá, perante todos os verdadeiros progressistas anticolonialistas e todo o povo português em geral, é chamar a atenção para as realidades da nossa terra. É desmascararmos tôdas as posições que de uma forma ou de outra, tendam a propaganda da impossibilidade de independência da nossa terra, mostrando apenas duas vias para a satisfação das necessidades do povo de Timor: federação ou integração no governo fascista indonésio, que se encontra sob a alçada do imperialismo nipo-americano. A única via, repetimos, para a verdadeira emancipação de um povo com a consequente abolição das forlas torpes de exploração colonialista e neo-colonialista é a independência total desse povo.

TIMOR só poderá ser verdadeiramente livre quando forem desmanteladas todas as estruturas até a agora vigentes, quando forem destruídas as suas sequelas que até agora são condição "sine qua non" para a prática da exploração.

O desmantelamento e a destruição só são possíveis através da violência revolucionária, da canalização das forças populares que edificarão uma nova ordem, a democrático-popular. Nzao é em assembleias em discussões parlamentares que a independência se conquista. O conluio contra-revolucionário apresenta o processo de descolonização, como uma cedência generosa feita aos movimentos de libertação. Tais atitutdes paternalistas mescladas de reaccionarismo deturpam o processo emancipalista revolucionário, ligando o combate frontal que se trava entre o opressor e o oprimido, a verdadeira dimensão da luta de classes.

Às tácticas do capitalismo interna cionalista, a estratégia das concessões e as manpbras do imperialismo, responderemos com a aproximação, a solidariedade dos proletários e trabalhadores de todo o mundo. Os movimentos de libertação encontram-se neste contexto revolucionário; se as classes trabalhadoras lutam contra as burguesias nacionais, com elas nos solidarizamos ao combatermos frantalmente o imperialismo, estádio supremo do capitalismo. Se o capitalismo europen sobrevive deve-o às colónias e/ou às neo colónias. É pela escravatura de milhões de asiáticos, africanos e sul-americanos que o imperialismo yankee se mantém.

Se a política expansionista europeia exigiu toda uma gama de formas técnicas, político-administrativas, sociais, económicas e ideológicas, características de um bem definido modo de produção adequado às necessidades de uma nova classe - a burguesia -, o imperialismo corresponde às exigências de um capitalismo avançado que encontrou no colonialismo o primeiro suporte para a sua manutenção e no neo-colonialismo, a condição, saída única para a resolução das contradições intrínsecas ao seu funcionamento.

Uma interpretação clara das circunstâncias históricas e económicas, a análise objectiva da identificação crescente dos pretensos interesses nacionais com os interesses das classes dominantes, o tem em conta o casamento das forças financeiras com as forças neo-colonizadaeas e o desmontar da fraseologia oca demagógica permitem afirmam que a supressão dos poderios colonial e neo-colonial é a tradução, a expressão mais viva para o caminhar vitorioso da luta revolucionária.

CAMARADAS !

Achamos oportuno fazer uma breve análise das três opções postas ao povo timor: federação, integração e independência.

A hipótese da federação com Portugal é muito pouco viável, pois a burguesia exploradora portuguesa já não se mostra interessada na exploração das riquezas naturais de Timor e das suas gentes. Embora uma minoria privilegiada, se nos situarmos no contexto social de Timor, tenta por todos os meios manter a ligação com o Governo Português, o certo é que essa minoria detentora do poder económico local, não suficientemente forte para poder atrair capitais da burguesia portuguesa.

Entretanto, para a manutenção e continuação da exploração das riquezas do nosso solo e opressão do povo, a burguesia indonésia, numa aliança com um extracto social timorense ligado por interesses de ordem económica ao capital indonésio, tenta a sua penetração na nossa Pátria substituindo um sistema por outro, isto é, mantendo os escravos mudando o patrão. É de realçar que a Indonésia tem tomado posições bastante ambíguas face a uma eventual independência de Timor. Embora por um lado ela afirma "que a independência é um direito dos povos " por outro, adverte que não poderá permitir que Timor venha a tornar-se uma base de paralisação à sua tendência expansionista. Isto torna-se bastante elucidativo se atendermos à posição geo-política de Timor.

Qualquer destas duas saídas só poderá manter em Timor todo o "statu quo", isto é, a exploração e opressão do povo e sua riqueza. A independência é a única via verdadeiramente libertadora dos povos. Timor tem potencialidades sócio-económicas para uma real e autêntica emancipação do seu povo. O sistema colonialista deixou e deixará por um período de tempo marcas negativas da sua actuação, mas as massas populares têm um alto poder criador e com elas nós construiremos revolucionàriamente a sociedade onde não possa ter lugar a exploração do homem pelo homem.

O povo não quer viver debaixo do jugo colonialista mas também a substituigão de um sistema de exploração por outro, não é de modo nenhum a aspiração de um povo que se quer realmente, "tomar nas mãos o seu próprio destino". No momento em que os povos explorados de todo o mundo se erguem contra a agressão das classes detentoras do poder económico dos países capitalistas, também a luta do povo timor se inscreve nesta linha. Todo o processo de emancipação de um povo terá que ser essencialmente revolucionário até se alcançar o objectivo final, que é a expulsão do agressor colonialista, iniciando-se em seguida um processo de renovação das velhas estruturas, substituindo-as pelas novas, autênticamente democráticas e populares.

Até agora fizemos algumas considerações muito gerais denunciando as manobras reaccinárias e apontando a independência como via única para a resolução dos problemas que atormentam o povo timor. Importa relancear, ainda que de forma breve, os vários sectores - económico, educacional, sanitário e agrícola - e salientar os estigmas da acção colonialista.

Como é que se passaram as coisas em Timor ?

No actual momento, quais os seus condicionalismos e quais as soluções?

Durante cerca de meio milénio de colonialismo , desenfreadamente exercido pelo Governo colonial fascista português sobre Timor e suas gentes, a verdade é que a maior parte da população portuguesa desconhece os verdadeiros anseios e as justas aspirações da gente escravizada, os TIMORES. O conhecimento das regras de jogo respeitantes à política informacional per-

mite a explicação para este estado de coisas. Sobre Timor nada se tem escrito, nunca foi preocupação de ninguém, porque aí as entidades administrativas, o Governo e todos aqueles que directa ou indirectamente estão ligados a estas instituições têm levado uma vida aureolada de prazeres, de privilégios inerentes à sua condição de classe dominante, à custa da exploração e opressão de que o povo Timor é vítima, satisfazendo os seus " instintos" puramente egoísticos, concretizando os seus interesses de grupo social detentor do poder.

Só em décadas de quarenta começaram a esboçar planos para a elaboração de livros, mas, mesmo aí, de modo nenhum, autor ou autores pretendiam interpretar os verdadeiros sentimentos do povo oprimido, explorado, em suma, escravizado; pretendia-se, sim, levar ao conhecimento de todos, fazer espalhar pelos quatro ventos palavras ocas embora sonoras os sofrimentos que tiveram durante a guerra imperialista nipónica, elogiar timorenses liurais conluídos com o colonialismo e traidores à causa de Timor, menosprezar e rotular pejorativamente de "colunas negras", os timores que então pugnavam sem condições por uma libertação de Timor do jugo colonial português, apresentando-os como um grupo de assassinos e salteadores, tendo sido porém instrumentalizados pelos novos invasores, os japoneses.

Com o objectivo de iludir, procura-se, escamoteando os problemas, falar em planos de fomento para o desenvolvimento de Timor nos seus vários sectores tais como o sanitário, o educacional, o das obra públicas; estabelecem-se prazos que expiram um após outro, mesmo depois de prorrogado, mesmo teudo em conta o reforço da verba orçamentada que dizem ser "insuficiente". Nada concluído! Aguarda-se novo reforço...

No entanto, a classe dominante, aquela que vive de exploração, da apropriação do fruto de trabalho alheio, vive uma vida parasitária, é a única que beneficia de tais medidas ditas de desenvolvimento. As comunicações internas e as exteriores são a prova mais que evidente de subordinação do aparelho do estado aos interesses da classe dominante. As zonas habitadas pelos comerciantes (chineses) são prioritàriamente servidas por uma rede de estradas assim como os locais turísticos - fonte de riqueza de meia dúzia de senhores que monopolizam a venda de produtos do artesanato local - em detrimento das regiões densamente povoadas, constantemente assoladas pela fome e epidemias de que são vítimas as populações, dados os baixíssimos índices de sanitarização e paupérrimas condições de higiene.

E o que acontece no sector educacional ?

Porque o timor é um povo que não consente desvios do seu destino histórico, o sector educacional é numa primeira fase completamente entregue a missionários; porquê CAMARADAS ? Não foi acaso que se confiou aos missionários um sector tão importante na história de um povo. Conhecedores da tradição de Timor e sabendo que por imposição todas as tentativas fracassariam perante o ímpeto revolucionário conducente à independência, que continua latente no espírito dos seus verdadeiros filhos, os missionários, serventuários fidelíssimos do poder colonial português, adoptaram diversos meios de ensino enraizados na religião do deus único e justo, tentando desta feita a assimilsção do poder gentílico à ordem colonial. Até a guerra de 1939/45 existiam em Timor duas missões, a de Soibada e a de Ossú, de remota fundação, que além das funções de propagação da religião - o ópio do povo - também leccionavam a instrução primária. São múltiplas as condições impostas para efeitos de admissão, processando assim toda uma gama de critérios selectivos de ordem religiosa-ideológica e económica. Há que ser baptizado ou que se comprometa a fazê-lo durante o ano lectivo; as restrições de foro económico eram ainda mais severas; daí que os indivíduos que conseguiam o seu ingresso eram na maior parte deles, filhos de liurais ou chefes - autoridades tradicionais conluiadas com as autoridades administrativas e intermediários da exploração colonialista. Desta forma se conseguiram sementes no seio da própria população que unidos a braços dados com eles fomentam a satisfação dos seus instintos de pilhagem já legalizada. Porém, logo o após guerra, tendo verificado que os seus desígnios não eram aceites, por todos,

porque os timores mais conscientes, comungados no mesmo ideal libertador-revolucionário, não obstante a educação recebida dos missionários, organizaram-se, armaram-se e combateram os colonialistas e os próprios irmãos conluiados com estes, os opressores, perante tais desvios inventaram novos e mais sofisticados processos de selecção: problema das idades, a expulsão, e outros ... tudo veio a justificar uma frase proferida por um bispo - esbirro da aliança Igreja-Estado - que na altura tinha sob a sua alçada a Diocese de Díli: "Ao timor é mais preciso picareta que caneta".

À sua Reverência, fugiu-lhe a boca para a verdade ...

Numa segunda fase, podemos falar da criação pelo Estado de escolas primárias, liceu e escola técnica. O ensino ministrado nestas escolas é simplesmente uma continuação do das missionárias, pois todo ele é tendente a preparar uma determinada classe social que não servirá o povo mas sim a burguesia embrionária local. Utilizando os mecanismos promocionais e de alicia mento assiste-se a uma correria louca para os diplomas do quinto ano dos liceus ou equivalente; os alunos decoram livros de conteúdo altamente viciado do ponto de vista ideológico para desta forma conseguirem lugares mais bem remunerados no quadro do funcionalismo público - complexo propício à corrupção - dando assim acesso a uma das formas de opressão do irmão escravizado. A burocracia colonial e o aparelho jurídico-fiscal dão um carácter legaliforme à exploração.

No liceu e na escola técnica de Díli o corpo docente é na maior parte dos casos formado por militares em comissão e por esposas dos mesmos. Após o "25 de Abril", quando em Timor se formaram três associações políticas - a UDT (União Democrática Timorense) defensora da tese federalista com Portugal, a APODETI (Associação Popular Democrática Timorense) que preconiza uma integração na República da Indonésia satisfazendo o complexo reaccionário aí instalado e garantindo-lhe a segurança na área, e, ASDT que, indo ao encontro dos verdadeiros anseios do povo de Timor, defende uma independência total, após o "25 de Abril" dizíamos, alguns militares progressistas, professores eventuais no liceu de Díli, dada a sua experiência associativa e formação crítica forjadas nas escolas e universidades, porque deram o seu apoio à ASDT - formação partidária que pugna pela independência total - orientando-a e incentivando-a no desenvolvimento das suas actividades, foram obrigados a regressar antes do fim da comissão, sofrendo processos de depuração que foram referenciados pelo camarada anterior., Essas, CAMARADAS, são as vãs manobras que o Governo da Colónia ensaia não só para paralizar os trabalhos da ASDT como também com o objectivo de manter a juventude de Timor no obscurantíssimo político.

O que se passa no sector sanitário ?

Nos serviços de saúde - sem contar com os médicos militares - a assistência médica em Timor está na razão de um médico para trezentos mil habitantes. (A população é de 600.000)

Administrativamente, os serviços de saúde estão divididos em delegacias, conforme o número de concelhos, que em princípio e para melhor assistência deve ser orientado por um médico, o que não se verifica em Timor, daí que, as mesmas responsabilidades são atribuídas a um enfermeiro.

Assim, as funções de enfermeiro ultrapassam na maioria das vezes a sua competência, como por exemplo: passar receitas.

O colonialismo procura colmatar as suas brechas!

O acto essencialmente médico de "passar receitas" - exigência de formação clínico-científica - é executado por pessoal desqualificado para o fazer, com a autorização da própria legalidade! No entanto - atitude satánica própria da legalidade burgueso-colonial - se o acto redunda em óbito a ordem estabelecida torna responsável o enfermeiro a quem prèviamente autorizara a passar receitas !!!

Ser colonizado é trabalhar legalmente fora da sua competência e sujeitar-se a processos e outras penalizações quando os trabalhos são incons

sequentes fracassam.

Longe de menosprezar o trabalho dos enfermeiros completamente dedicados ao bem-estar dos timores, a assistência sanitária em Timor é manobrada tendencionalmente para conservação da máquina produtora da força de trabalho, através da limitação de fornecimento de medicamentos, através do uso de materiais fora de prazos estipulados, falta de instalações sanitárias, etc.

Ser colonizado é trabalhar do nascer ao pôr-do-sol, policiado por um capataz, e, apesar de tudo, ser rotulado de indolente.

Vejamos com o que se passa com a agricultura.

Após o extermínio do "salutífero" sândalo que em virtude do seu valor os primeiros colonialistas, numa selvática e desenfreada pilhagem, em que nem sequer pouparam as raízes, ensaiaram então a cultura de novas plantas entre os quais o cafeeiro, cujo fruto de elevada procura no mercado internacional goza do apreço mundial.

De acordo com a existência de micro-climas em Timor, toda a zona geo-climática propícia à cultura do café foi aproveitada, com especial referência a área dos concelhos de Ermera e Liquiçá.

Intimamente ligados com os detentores do comércio interno, emergências, apêndices do capitalismo internacional, os colonialistas, amplamente protegidos pelas autoridades adminitrativas, não só desenvolveram a cultura do café como incutiram, numa minoria exploradora da população de Timor, os liurais, os "benefícios da mesma cultura, em detrimento de outras que constituem a base de alimentação de Timor.

Assim, para alcançar os seus objectivos, ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, numa primeira fase presenciamos um recrutamento em massa de timores para desbravar matas, preparar terreno em extensões colossais para a cultura do café a troco de uma prisão a que estaria sujeito se faltasse ao trabalho forçado.

Muito recentemente, período a que podemos classificar como uma segunda fase, obcecados por lucros maiores, introduziram em Timor processos técnicos de tratamento do café: processos de selecção e de cruzamento.

A introdução da tecnologia mais avançada exigiu que se dimensionasse a terra de maneira a torná-la altamente rentável para o colonialista; no que respeita aos produtos de primeira necessidade a sua produção está condicionada à incipiente e primitiva técnica tradicional resultando daí a exiguidade do produzido. Apesar de tudo, também neste tipo de cultura se verifica o emparcelamento territorial visando criar uma divisão de trabalho tendente a facilitar a exploração, a enfraquecer o poder gentílico consolidando em contrapartida a Administração Colonial.

Paradigma da acção concertada do Estado com a Burguesia Colonial é a mobilização, para o cumprimento do serviço militar, de centenas de jovens camponeses que, com tal medida, são obrigados a desligar-se do processo produtivo. Garante-se, assim, não só a assimilação da juventude camponesa à ordem colonial como também o trabalho nos sectores altamente rentáveis dominados pela burguesia. Tais medidas não visam apenas a juventude. Os camponeses, mesmo os mais velhos, são periodicamente afastados dos locais de actividade sendo canalizada a sua força de trabalho para outros locais onde existem culturas de elevada rentabilidade, para os grandes proprietários. Pretende-se manter o "statu quo", isto é, incentivando a prática das monoculturas em detrimento das culturas de subsistência.

Perante isto só há uma única via para uma real libertação - INDEPENDÊNCIA TOTAL SEM QUALQUER FORMA DE EXPLORAÇÃO PRATICADA QUER PELO ESTRANGEIROQUER PELA ELITE LOCAL QUE O COLONIALISMO QUASE-CRIOU.

Em suma: assim que os portugueses chegaram a Timor fomentaram lutas intestinas entre as populações para, desta forma, DIVIDINDO, REINAR. A divisão trouxe enfraquecimento que foi aproveitado para o exercício do domínio colonialista.

O desejo de independência sempre esteve latente no espírito do povo de Timor, que cada vez mais ganha forças e se tempera face aos diversos estratagemas de opressão e exploração e que se materializa em factos que a história oral incansàvelmente regista e grava na mente dos verdadeiros timores. Recordemos, num gesto de solidariedade para com os nossos irmãos que morreram nas revoltas de Camenasse em 1719, nos levantamentos de Lacló e Ulmera em 1861, nos de Cová Cotobaba em 1868/9, nas rebeliões de 1912 - a famosa guerra de Manu Fahi chefiada por Boaventura contra a opressão que desenfreadamente o colonialismo exerceu sobre os timores, onde, dado a desigualdade de armas e de forças, foram imoladas inúmeras vidas que defendiam e combatiam a defesa dos seus direitos inalienáveis - A LIBERDADE E A INDEPENDÊNCIA - e mais recentemente na sublevação de Uato-Lari em 1959 que redundou num massacre. Faça-se menção para toda a acção anti-colonial desencadeada durante a guerra. Conhecendo as forças reais dos colonialistas, os timores, até os últimos anos da década trinta, não puderam sublevar-se de maneira organizada, daí que só pegaram em armas quando Timor foi palco de guerra imperialista nipónico-australiano; mesmo aqui as tentativas voltaram a falhar, não só por razões acima abordadas como também porque os opressores inventaram novas técnicas. Aproveitando-se da ignorância política, quando pretendiam pôr em prática qualquer medida hostil aos verdadeiros timores, impròpriamente apelidados de "colunas-negras", antecediam-nas de boatos destinados a criar um clima de tensão propício à realização dos seus desígnios e de cuja propagação se encarregavam os traidores. Após a ocupação nipónica (1942/45) ou melhor, durante a reocupação portuguesa e apesar do colonialismo ter finalmente conseguido assentar arraiais, houve o esboçar dum movimento que levou à confrontação de forças em 1959 - o tristemente célebre massacre de Uato-Lari, onde covardemente as tropas coloniais reprimiram a rebelião julgando poder silenciar a voz do heróico povo timor. Factos do dia a dia atestam a manifesta hostilidade ao colonialismo: falta sistemáticas aos trabalhos ordenados pelas autoridades administrativas, deserção às incorporações das fileiras de 2ª. linha, etc., etc.

Numa propaganda vil levada a efeito pelas formações partidárias defensoras do federalismo português ou do anexacionismo indonésio, procura-se calar o incipiente movimento que tem por objectivo a luta pela independência. Ultrapassam o povo timor, reúnem-se ministros que pretendem garantir a segurança da área dominada pelo imperialismo. O destino dos timores está a ser discutido em encontros internacionais e a voz do povo é silenciada. Pretende-se dar novo-patrão ao escravo; os senhores discutem p preço da mercadoria.

Mas, CAMARADAS, o destino dum povo só a ele pertence. O POVO QUER A INDEPENDÊNCIA - A REAL, A AUTÊNTICA - QUE É O ÚNICO CAMINHO PARA SER LIVRE.

ENCERRAMENTO

CAMARADAS !

Antes de encerrarmos este comício levado a efeito por um grupo de timores, traduzindo assim mais uma jornada de solidariedade e de luta, não só dos povos das colónias como também do povo português, que, irmanados por um ideal comum, cerram fileiras num combate sem tréguas contra a exploração do homem pelo homem, dando assim o maior contributo para uma construção duma sociedade mais harmoniosa, mais justa, edificada na globalidade em princípios totalmente revolucipnários, fulminando para isso todo o hábito, costume ou vício burguês. Todos sabemos que o inimigo é feroz, contra nós move todos os processos e artimanhas, tentando esmorecer os nossos esforços que a pouco e pouco o vão agonizando. A luta será implacável, podendo prolongar mais do que esperávamos, mas todos nós também sabemos que nenhuma força existente, nem nenhum inimigo, por mais sofisticado que seja, poderá vencer os anseios dum povo que luta para se libertar, que luta pela realização dos seus filhos, que luta por um novo dia em que todos, como irmãos, possamos dar as mãos e cantarmos em coro o hino da vitória.

Hoje, aqui estamos testemunhando esse amanhã, tão presente e desejado. Outras oportunidades irão surgindo e os nossos laços se irão estreitando cada vez mais, unindo-nos de tal maneira que seremos como um homem só, decidido e firme, arriscando até a própria vida na honra de lutar por uma causa, de morrer militando pela causa do povo.

As razões que nos levaram a aqui estar presentes foram os de dar a conhecer a todos os camaradas as realidades amargas que o colonialismo deixou durante perto de meio milénio, ferindo e martirizando um povo que, apesar de frágil, sempre emprendeu uma resistência, não hesitando mesmo em romper o pacifismo para fazer uso da violência revolucionária. Assim, delineamos uma perspectiva geral do fenómeno colonial, inscrevendo-o como uma fase dentro de todo o processo capitalista de exploração. Circunscrevemo-nos, assim, numa primeira fase, às condições históricas que levaram o colonialismo até ao nosso povo e como a violência burguesa vitimou a nossa terra, seguindo-se uma análise das condições em que a luta e a resistência se verificaram, os objectivos a atingir no carácter internacionalista da luta em todas as frentes e por fim perspectivamos aquilo que para Timor repereSentou o "25 de Abril" e quais as novas etapas a vencer no prosseguimento do combate.

Desde sempre foi nossa vontade e nosso desejo aprender numa frente comum, por isso transformamos este comício numa jornada de luta anti-colonial em que os nossos irmãos das colónias estiveram ao nosso lado, pondo os seus problemas particulares, ao mesmo tempo que demos as mãos aos verdadeiros camaradas portugueses e todos juntos fizemos um só eco a nossa voz. Antes de terminar, queremos saudar e agradecer todo o apoio e toda a solidariedade que nos ofereceram e, mais uma vez, gritar bem alto a justa luta das massas populares, tanto nas colónias como em Portugal, como em todo o Mundo.

VIVAM AS MASSAS POPULARES !

VIVA A JUSTA LUTA DO POVO PORTUGUÊS !

VIVA A JUSTA LUTA DOS POVOS DAS COLÓNIAS !

VIVA A JUSTA LUTA DO POVO DE TIMOR !

(continuação da pg. 9)

tiões da luta libertadora não tiveram lugar em TIMOR devido a particularismos locais que não é nossa intensão aqui mencionar.

No quadro da mais feroz opressão conseguida através de tratados e alianças reaccionários, os elementos da administração colonial vinham como autênticos barões feudais com um exército de escravos à sua disposição. Na sequência de vexames inflingidos a que corresponde uma série de processos de sublevação, ensaiam-se formas políticas mais avançadas. Com base nas particularidades históricas concretas se explica o trânsito duma prática abertamente violenta e feroz para a linguagem paternalista; a proclamação de igualdade formal ou jurídica do explorador e explorado é uma das manobras. Mas, CAMARADAS, porque estas concessões, porque estas manobras ? Porque a supressão do poder colonial, o acabar com a exploração e a mais valia implicam a morte da ordem capitalista europeia. À lista de chacinas, ao rol de carrascos próprios duma dominação cruel de tipo esclavagista, aparecem as poses liberalizantes do colonialismo, as suas metamorfoses enganadoras. Porque estas concessões, CAMARADAS ? Porque as colónias constituem uma das principais fontes das forças do capitalismo europeu.

Esta é a situação em que a nossa terra se encontra após a pilhagem e a exploração colonialistas. Do exposto concluimos que a única via é a libertação autêntica e verdadeira do nosso povo.

LUTEMOS PELA LIBERTAÇÃO, LUTEMOS PELA INDEPENDÊNCIA

CASA DOS TIMORES

Rua Antero de Figueiredo, 2 - 5º.

LISBOA 5